

Programas dos principais candidatos ao Palácio do Planalto seguem rumos diferentes, mas têm uma preocupação comum

Acesso fácil às armas é razão de discórdia

Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

O programa petista propõe a qualificação da ação policial para a proteção das minorias, especialmente no que se refere aos crimes contra mulheres, juventude negra e população LGBTQIA+. Lula menciona, ainda, mudanças na seleção e formação dos agentes, com a reformulação dos processos de seleção e formação de policiais, além da capacitação continuada por meio da atualização de doutrinas e pela padronização de procedimentos operacionais. O plano de governo sugere, ainda, a criação de um sistema único de segurança pública.

Evaristo Sá/AFP



Jair Bolsonaro (PL)

No plano de governo para a reeleição, o presidente mais uma vez defende a facilitação do acesso às armas. “Neste segundo mandato, serão preservados e ampliados o direito fundamental à legítima defesa e à liberdade individual, especialmente quanto ao fortalecimento dos institutos legais que assegurem o acesso à arma de fogo aos cidadãos.” Além disso, ele promete aumentar o investimento em órgãos de segurança pública, nas Forças Armadas, no aperfeiçoamento de planos de carreira e de remuneração dos agentes.

Reprodução/Twitter



Ciro Gomes (PDT)

O programa do candidato promete revogar todos os decretos que facilitam o uso de armas — o formato atual seria voltado somente às propriedades rurais afastadas, com policiamento precário. A campanha do pedetista menciona a criação do sistema único de segurança, além de destacar que o combate à criminalidade, sobretudo a organizada, será priorizado por meio do uso de tecnologias de gestão do conhecimento, informação, comunicação e rastreamento. “É fundamental que o crime organizado seja combatido por meio da investigação de suas operações financeiras e da lavagem de dinheiro”, diz o plano de governo.

Ed Alves/CB



Simone Tebet (MDB)

A emedebista salienta que segurança vem por meio de “policial bem treinado, equipado e valorizado. A função de proteger o cidadão é do Estado. Armar a população não é solução”. Entre as propostas da candidata, está a recriação do Ministério da Segurança Pública e colocando a União no centro da organização, coordenação e articulação das ações de enfrentamento, em parceria com os 27 entes federados. Simone pretende revogar decretos que flexibilizam o porte e a posse de armas.

Ed Alves/CB/DA.PRESS



Pontos fundamentais

- » Plano de ação para a região amazônica e para a Tríplice Fronteira, no Sul do país (Brasil, Paraguai e Argentina)
- » Compartilhamento de dados e coordenação das forças de segurança
- » Criação de políticas de segurança preventivas e específicas, como para as mulheres
- » Plano de viabilidade de unificação das polícias
- » Enfrentamento aos crimes financeiros e digitais
- » Criação de uma agência voltada para o controle do uso e venda de armas



ROBERTO BRANT

“ESTAMOS DIANTE DE UMA DAS ELEIÇÕES MAIS VAZIAS DE NOSSA HISTÓRIA. EM OUTUBRO, NÃO ESTAREMOS ESCOLHENDO NADA, APENAS EMBARCANDO PARA UMA VIAGEM SEM DESTINO”

Nossa viagem sem destino

As eleições de outubro, vistas de agora, parecem um jogo de vida e morte para todos nós, mas no fundo não passam de uma pura luta pelo poder. Todos sabemos, ou deveríamos saber, que o poder político é reserva de grupos e interesses muito restritos, e passa muito longe de quase toda a população. Essa luta, portanto, não é a luta de quase nenhum de nós, pois nada do que sonhamos ou desejamos está propriamente em jogo. Vamos às urnas, até por uma absurda obrigação legal, que não deveria existir numa sociedade civilizada e livre, sem uma verdadeira esperança de vencer, apenas com o propósito de perder o menos possível. Faço parte de uma geração que sonhou muito alto com o Brasil, pois nascemos e nos

tornamos adultos num tempo em que nosso país se desenvolvia rapidamente na economia, na cultura e nos esportes. Éramos um povo que começava a se afirmar e a cultivar a autoestima. Nossa ilusão foi logo interrompida. A primeira coisa que perdemos foi a liberdade, e a perdemos tão completamente que lá pelos idos dos anos 1970 grande parte dos brasileiros chegou a perder a vontade de ser livre e apoiou sem constrangimentos o regime dos generais. O regime militar, como quase todos os sistemas de governança autoritária, teve êxitos no seu início ao executar sem oposição reformas modernizadoras havia muito tempo necessárias. Terminou, no entanto, em fracasso

e caiu sozinho, deixando como legado um país em crise e ameaçado de colapso, com inflação sem controle, baixo crescimento e próximo ao calote de sua dívida com o mundo. Olhar para trás Ainda convalescendo dos efeitos da ditadura no caráter e nos sonhos de todos nós, nos reunimos para votar uma nova Constituição democrática. Escrita basicamente com os olhos no passado, foi generosa nas promessas. Mas nela veio embutido um pacto social perverso, no qual os prêmios efetivos ficaram com as altas burocracias do Estado e alguns interesses organizados, restando à maioria apenas as belas proclamações, quase sempre

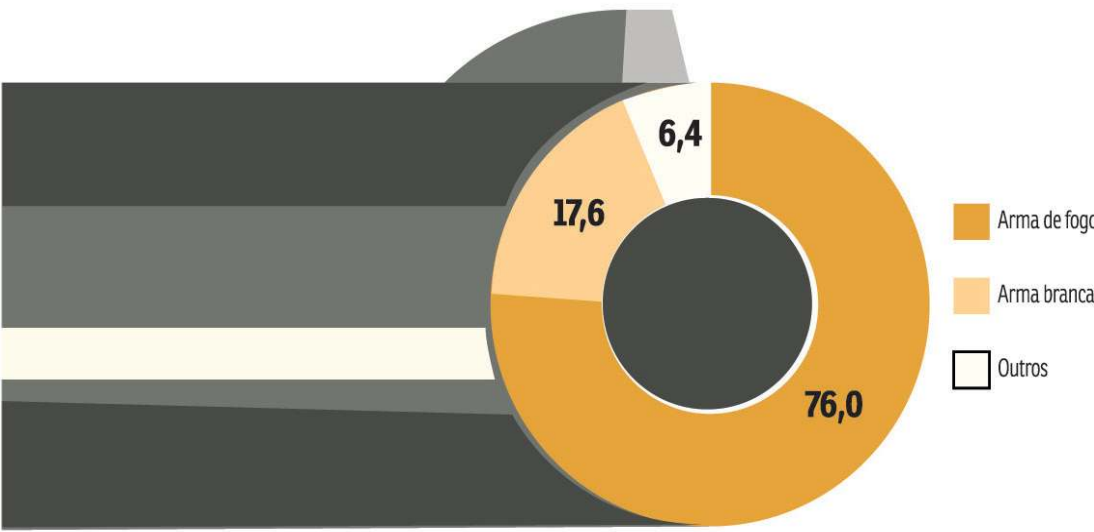
irrealizáveis, com a notável exceção do Sistema Único de Saúde, um claro avanço civilizatório. O pior defeito da Constituição foi ter cristalizado uma ordem política velha e desconectada das grandes mudanças sociais que vinham ocorrendo no país desde os anos 1950. Instituições políticas são padrões que se estabelecem em resposta às necessidades de um determinado período histórico. De 1950 até 1980, a sociedade e a economia brasileira mudaram completamente e o sistema político existente não era capaz de lidar com a emergência de novos atores, de novas relações sociais e as grandes mudanças tecnológicas. Mas, mesmo assim, o constituinte de 1988 optou por não

mudar nada no funcionamento das instituições políticas. Os políticos, como ostras, se agarravam aos troncos carcomidos da velha ordem para conservar para sempre o seu poder. Esta é a ordem que ainda nos governa. Muitos governos se sucederam, mas o país permaneceu basicamente estagnado. A pobreza e a desigualdade continuaram muito altas, o Estado tornou-se impotente para buscar o crescimento e para corrigir as desigualdades e a agenda política virou apenas um palco para conflitos sobre trivialidades, preconceitos e delírios ideológicos — nada de importante ou de construtivo. Mais do que um problema de homens, o problema brasileiro é uma questão das insti-

tuições. Sem que elas mudem, nada mudará de fato na vida das pessoas. No horizonte de qualquer sociedade civilizada, duas metas estão acima de qualquer coisa: a liberdade democrática e o progresso econômico para a maioria. Toda eleição deveria ser um debate sobre os caminhos para estes destinos. Não é o que estamos vendo. A idade madura ensina que não podemos ter muita certeza sobre nada e que é preciso ter muita humildade diante das grandes questões. No entanto, não tenho receio de dizer que estamos diante de uma das eleições mais vazias de nossa história e que no mês de outubro não estaremos escolhendo nada, apenas embarcando para uma viagem sem destino.

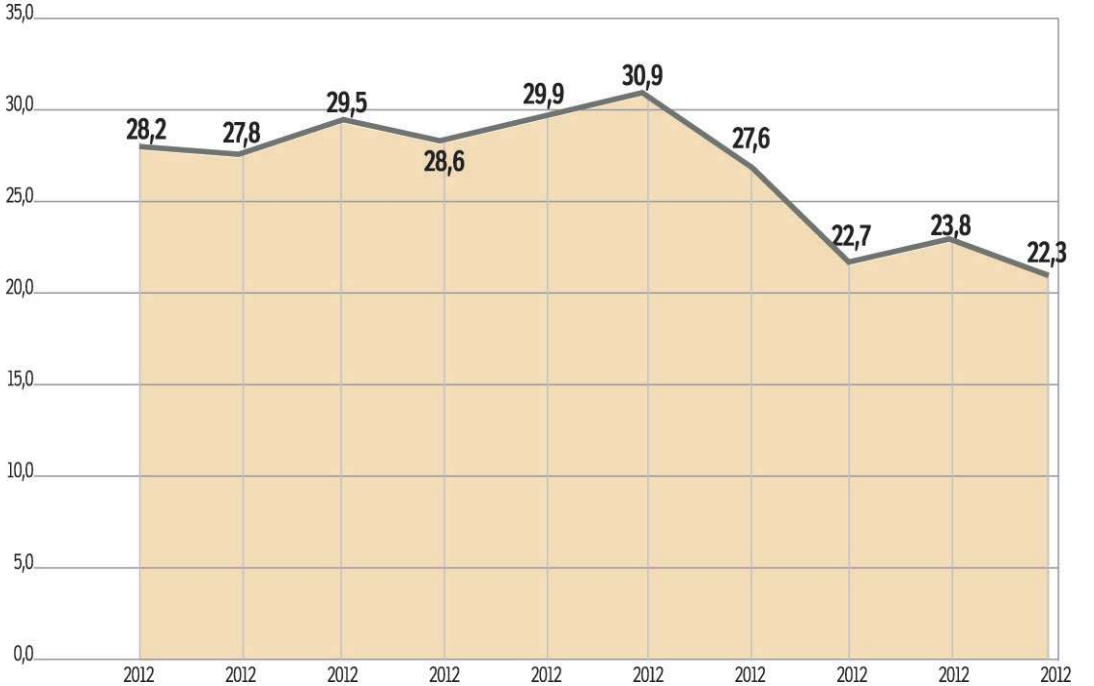
Radiografia da brutalidade no país

Mortes violentas intencionais (por tipo de instrumento utilizado)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social e Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Taxa de mortes violentas intencionais



Fonte : Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública

BRASIL TEM 3% DA POPULAÇÃO MUNDIAL E 20% DOS HOMICÍDIOS REGISTRADOS NO PLANETA

Comparação internacional dos números e taxas de homicídios

País	números absolutos	Taxa por 100 mil habitantes	Proporção em relação ao total dos países com dados informados
Total 102 países com dados em 2020	232.676	...	...
Jamaica	1.331	44,55	0,6
Honduras	3.598	36,33	1,5
África do Sul	19.846	33,46	8,5
México	36.579	28,37	15,7
Santa Lúcia	52	28,32	0,0
Belize	102	25,65	0,0
Colômbia	11.520	22,64	5,0
Brasil(l)	47.772	22,45	20,4
Dominica	15	20,84	0,0
Guiana	157	19,86	0,1
Estados Unidos	21.570	6,52	9,3
Índia	40.651	2,95	17,5
Alemanha	782	0,93	0,3

Fonte: Data UNODC

(l) o número de casos que o UNODC utiliza é o fornecido pelo SIM/DATASUS e não correspondente ao total de Mortes Violentas Internacionais-MVI, que tem por base os registros policiais. Pelos dados policiais, em 2020 foram registros 50.448 casos, agravando ainda mais o cenário descrito.